

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Requer informações ao Ministério da Defesa relativas a Parecer sobre as Diretrizes da Política de Aviação Civil, de 2003.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitada ao Ministério da Defesa cópia do inteiro teor de parecer sobre as Diretrizes da Política de Aviação Civil, enviado em outubro de 2003 à Presidência da República, pelo então Ministro da Defesa José Viegas.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos delituosos, objeto desta CPI, em especial as investigações das circunstâncias que envolveram o acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy da America ExcelAire, ocorrido em 29 de setembro de 2006, e que resultou na morte de 154 pessoas, incluindo cópias do inteiro teor dos referidos “relatórios de perigo”.

Passados mais de sete meses desde o acidente, é fundamental para os trabalhos desta Comissão e para a solução da crise aérea o conhecimento das circunstâncias que culminaram no choque das aeronaves.

O Jornal Correio Braziliense, de 2/11/2006, publicou notícia sob o título “Governo foi avisado em 2003”. Diz a notícia:

“Ministro da Defesa, José Viegas alertou o Planalto há três anos que o sistema corria risco de colapso, caso investimentos não fossem feitos. Mas Fazenda decidiu reduzir gastos, apesar de a receita ter aumentado

O “apagão” pelo qual os aeroportos brasileiros estão passando desde a última sexta-feira, com atrasos em centenas de vôos, foi previsto em 2003. Naquele ano, em um parecer de 20 páginas, o então ministro da Defesa José Viegas alertou o Palácio do Planalto que a falta de investimentos na segurança de vôo causaria uma sobrecarga no sistema de controle de tráfego aéreo. E ameaçou: “A diminuição dos recursos (...) pode obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado”. Os “níveis convencionais” a que se referia Viegas são da época em que o controle de vôo era feito sem o uso de radares. Ou seja, o intervalo entre pousos e decolagens era superior ao adotado atualmente e os atrasos teriam maior duração.

A reclamação dos militares era pela liberação de recursos. Em 2003, o governo federal investiu R\$ 382 milhões dos R\$ 455 milhões previstos no programa de Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo. Três anos depois, a situação piorou. Até a última semana, apenas 53% do orçamento para as mesmas atividades — um total de R\$ 531,6 milhões — havia sido executado, segundo levantamento da organização não-governamental Contas Abertas (www.contasabertas.com.br), publicado pelo Correio na edição de 6 de outubro. Para atualização dos equipamentos, o gasto foi ainda mais baixo: 36% dos R\$ 163 milhões destinados no orçamento deste ano.

O dinheiro deveria ser utilizado na modernização e na manutenção do sistema de controle de tráfego aéreo. Esta é uma das principais reclamações dos controladores de vôo que, desde a última semana, decidiram rever as normas de operação, provocando atrasos em pousos e decolagens. Eles querem pressionar o governo a melhorar as suas condições de trabalho. “O contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica, pois são recursos tarifários, arrecadados e destinados por lei a um fim específico”, aponta o documento. A baixa execução orçamentária já provocou reação no Congresso Nacional. O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) convocou audiência pública para discutir a crise aeroportuária.

Resolução

O parecer do Ministério da Defesa com o alerta para a falta de recursos serviu de base para uma resolução do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac), órgão criado para assessorar a Presidência da República na tomada de decisões sobre a área. A resolução, de apenas nove linhas, recomenda à Casa Civil a liberação dos recursos. Participam do Conac, além dos militares, cinco ministros de Estado, incluindo os titulares da Casa Civil e da Fazenda. Apesar da platéia privilegiada, o apelo foi em vão. (...)”

Deputado VANDERLEI MACRIS